

**A. I. N°** - 100303.0002/09-5  
**AUTUADO** - NORDECOUROS NORDESTE COUROS E PELES LTDA.  
**AUTUANTE** - MARGARET SAMPAIO BARBOSA LUCAS  
**ORIGEM** - INF AZ FEIRA DE SANTANA  
**INTERNET** - 20.04.2010

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0072-02/10

**EMENTA:** ICMS. 1. DIFERIMENTO. OPERAÇÕES DE SAÍDAS NÃO DECLARADAS NOS LIVROS FISCAIS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. O ICMS será pago no momento da saída das mercadorias enquadradas no regime de diferimento. No caso, por se tratar de couros bovinos, as diferenças apuradas no levantamento fiscal, estão dentro do percentual de quebra previsto para o produto couro verde/sangue para equiparar o produto comercializado (couro salgado). Infração insubsistente. 2. BASE DE CÁLCULO. ERRO NA DETERMINAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOR DO IMPOSTO. Restou comprovado que o imposto sobre a nota fiscal objeto da autuação foi calculado e recolhido corretamente. Infração elidida. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/09/2009, reclama ICMS no valor total de R\$39.999,25, sob acusação do cometimento das seguintes infrações.

1. Deixou de recolher o ICMS por diferimento, no valor de R\$ 39.351,25, na condição de responsável pelo recolhimento do imposto diferido, relativo a omissão de saídas de mercadorias decorrente do não lançamento do documento fiscal nos livros fiscais próprios, nos exercícios de 2004 a 2009 (até junho), conforme demonstrativo e documentos às fls.05 a 795.
2. Recolheu a menos o ICMS no valor de R\$ 648,00, em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, no mês de julho de 2005, conforme demonstrativo e documentos às fls.10, 820 a 821.

O autuado, através de seu representante legal, em sua defesa tempestiva (docs. fls.797 a 800), impugnou o lançamento consubstanciado no Auto de Infração pelos motivos de fato e de direito que se seguem.

Aduz que são inexistentes as diferenças de couros apuradas pela autuante, nos exercícios fiscalizados (2004 = 8.900 kg; 2005 = 60 kg; 2006 = 11.652 kg; 2007 = 13.786 kg; 2008 = 27.375 kg), entre o estoque final devidamente escriturado no livro Registro de Inventário, visto que o couro bovino salgado estocado tem uma acentuada quebra de peso em virtude da desidratação por se tratar de produto com alto índice de umidade e depois com perda de peso causado pelo desprendimento de sal, perda de peso também no transporte do produto até o seu destino final, conforme informação prestada outra empresa do ramo (fl.817).

Ressalta que o couro bovino quando chega no depósito sofre um processo de aparas tais como retiras de: orelhas, caldas, úberes, órgãos genitais etc., partes estas inúteis no processo de curtimento e que, não justifica os custos de frete e tributos incidentes sobre este peso morto, sem se falar que o couro bovino assim tratado ganha em qualidade, fat

fechamento na sua totalidade do estoque final mediante entradas

seguimento, restando a empresa no final do exercício anual a pesagem daquilo que em estoque se encontra e sua devida escrituração no seu livro de inventário.

Frisa que para a conclusão fiscal a auditora fiscal autuante deveria ter feito a contagem das unidades e também a pesagem do produto, isto porque, a circulação de couro bovino só ocorre com a antecipação do ICMS, utilização de Certificado de Crédito emitido por este órgão arrecadador e fiscalizador ou com a utilização de Regime de deferimento, onde se conclui que, seria impossível a comercialização do referido produto sem emissão da Nota Fiscal que o acoberte, não tendo por conseguinte omissão de saída.

Informa que no ano de 2009 solicitou ao fisco estadual e federal, a paralisação temporária do seu estabelecimento, a qual, se encontra em situação deferida, conforme cópia do Documento de Informação Eletrônica da SEFAZ e Cadastro de Pessoa Jurídica da Pessoa Jurídica da SRF, em razão de não ter mais como operar, visto que, nem o sal empregado na conservação do couro bovino tem seu custo justificado sem falar nos demais custos como por exemplo a armazenagem, frete, custo de aquisição do produto, custo tributário e outros motivos que envolve os setores de couro e calçados no Brasil.

Com essa informação, argumenta que as mercadorias em estoque foram deteriorando-se, sendo as mesmas descartadas por esse motivo.

Reafirma que a circulação de couro bovino só ocorre com a antecipação do ICMS, utilização de Certificado de Crédito emitido pela SEFAZ ou com a utilização de Regime de Diferimento, entendendo que se torna impossível a comercialização do couro sem emissão da Nota Fiscal.

Quanto a infração 02, argumenta que não procede a acusação de que a empresa recolheu a menor ICMS em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, visto que de acordo com o artigo 73, parágrafo 3º, do RICMS/97, a base de cálculo do ICMS poderá ser fixada mediante pauta fiscal, de acordo com a média de preços praticada no Estado, para efeito de pagamento do imposto, quando o preço declarado pelo contribuinte for inferior ao de mercado ou quando for difícil a apuração do valor real da operação ou prestação. Frisa que havendo discordância em relação ao valor fixado em pauta fiscal, caberá ao contribuinte comprovar a exatidão do valor por ele indicado, que prevalecerá como base de cálculo, caso em que o documento fiscal deverá ser visado pela autoridade responsável pela unidade de fiscalização ou pelo Auditor Fiscal em exercício em plantão fiscal, posto fiscal ou unidade.

Por fim, requer a improcedência do Auto de Infração.

Na informação fiscal às fls.824 a 825 a autuante rebateu os argumentos defensivos dizendo que para apuração do débito descrito na infração 01, utilizou as descrições citadas nas notas fiscais emitidas pela empresa (docs.fl.s.20 a 425), que foram escrituradas nos livros fiscais próprios (docs.fl.s.426 a 795), sempre especificada a mercadoria como "couro bovino salgado", que no seu entendimento se encontrava pronta para comercialização. Aduz que o autuado não apresentou laudo técnico, reconhecido pela Secretaria de Agricultura da Bahia, ou de outra instituição equivalente, que comprovasse a situação de perda do estoque de 2009.

Quanto a infração 02, esclareceu que a diferença objeto do lançamento, decorre da alteração de valores utilizado pela empresa; uma vez que, a pauta fiscal é empregada na primeira operação, no momento o produto é "couro", e neste item a operação foi de venda, conforme documentos de fls.05; 820 a 821.

Conclui que diante dos fatos apresentados e comprovados, mantém integralmente o seu procedimento fiscal.

O processo foi submetido à Pauta Suplementar do dia 23/03/2010 visando a realização de diligência revisora, sendo decidido que os autos contém todos os elementos para julgamento.

## VOTO

Depois de examinar todos os elementos que integram o presente Auto de Infração constato que a sua composição, processamento e formalização encontram-se em total consonância com o RICMS/97 e com o RPAF-BA/99, ou seja, o lançamento tributário contém todos os pressupostos materiais e essenciais, pois os fatos geradores do crédito tributário estão constituídos nos levantamentos efetuados pelo autuante com base nos documentos fiscais do contribuinte autuado (docs.fl.s.05 a 821).

No mérito, no item 01, a acusação fiscal diz respeito à falta de recolhimento do ICMS, relativo a omissão de saídas de mercadorias decorrente do não lançamento do documento fiscal nos livros fiscais próprios, nos exercícios de 2004 a 2009 (até junho), conclusão essa, baseada através do papel de trabalho intitulado de AUDIF – Auditoria do ICMS Diferido (fls.05 a 18).

Da análise do referido demonstrativo, verifico que a exigência fiscal de cada período corresponde ao levantamento quantitativo do período: estoque inicial + entradas – estoque final = saídas reais – saídas com NFs = diferença x pauta fiscal = base de cálculo x 17% = ICMS devido, conforme quadro abaixo:

ANO	E.INICIAL	ENTRADAS	E.FINAL	S.REAIS	SAIDAS	DIF <sup>a</sup>	P.FISCAL	B.CÁLCULO	ICMS
2004	0	610.500	80.100	530.400	521.500	8.900	2,00	17.800,00	3.026,00
2005	80.100	449.500	18.540	511.060	511.000	60	1,30	78,00	13,26
2006	18.540	427.000	104.863	340.677	329.025	11.652	1,50	17.478,00	2.971,26
2007	104.863	125.000	125.877	103.986	90.000	13.986	1,30	18.181,80	3.090,91
2008	125.877	11.000	109.502	27.375	0	27.375	1,30	35.587,50	6.049,88
2009	109.502	0	0	109.502	0	109.502	1,30	142.352,60	24.199,94

Na defesa foi alegado que as diferenças constatadas em cada exercício de quebras de peso são decorrentes da desidratação por se tratar de produto com alto índice de umidade e depois com perda de peso causado pelo desprendimento de sal, perda de peso também no transporte do produto até o seu destino final. Juntou uma informação prestada por outro contribuinte (fl.817), para comprovar que o índice de perda no processo de curtimento de couro bovino é da ordem de até 25%.

É razoável considerar que realmente no processo de curtimento do couro bovino existe uma perda de até 25%. Em outro processo em que se discutia qual o percentual de perdas do couro bovino, em diligência realizada pela ASTEC/CONSEF (Parecer 125/06), para instruir o AI nº. 207093.0051/05-1, ACORDÃO JJF Nº 0417-03/06, **SERGICOUROS COMERCIAL DE COUROS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, foi informado pelo diligente que existe uma quebra de 20% do produto couro verde/sangue para equiparar ao produto comercializado couro salgado, com base em dados fornecidos pelo Sindicato da Indústria de Curtimento de Couros e Peles do Estado da Bahia.

Logo, não havendo controvérsia quanto às quantidades, utilizadas na apuração do débito, considero que as diferenças apuradas em relação às entradas de couros são inferiores ao percentual de 20% previsto para este tipo de atividade, conforme quadro abaixo:

ANO	ENTRADA	DIF <sup>a</sup>	% PERDA
2004	610.500	8.900	1,46
2005	449.500	60	0,01
2006	427.000	11.652	2,73
2007	125.000	13.986	11,19
2008	11.000	27.375	-
2009	0	109.502	-

No item 02, foi lançado o imposto de R\$ 648,00, sob acusação da falta de recolhimento em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, no mês de julho de 2005, referente às nas notas fiscais nº 194 e 251.

De acordo com o demonstrativo à fl.10, o débito lançado neste item diz respeito à Nota Fiscal nº 251. Verifico que o autuado juntou cópia da nota fiscal à fl.820 e respectivo DAE de recolhimento à fl.821 do ICMS no valor de R\$4.860,00. Calculando-se o ICMS de 12% sobre a nota fiscal no valor de R\$40.500,00, resulta no valor de R\$4.860,00, valor esse, igual ao que fora recolhido pelo contribuinte. Observo que o autuante no levantamento à fl.10, se equivocou no cálculo do imposto em relação à referida nota fiscal.

Assim, com base no citado documento de arrecadação, restou descaracterizado este item da autuação.

Ante o exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **100303.0002/09-5**, lavrado contra **NORDECOUROS NORDESTE COUROS E PELES LTDA.**

Esta Junta recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/2000, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de abril de 2010.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MARIO DE ARAUJO PITOMBO - JULGADOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR